

Ano XXIV nº 6394 – 09 de agosto de 2021

Definição de plano de lutas encerra 32º CNFBB

Os funcionários do Banco do Brasil aprovaram o plano de atuação em defesa do banco e de seus direitos no encerramento do seu 32º Congresso Nacional, realizado ontem, dia 08/08. Realização de seminários sobre a Caixa de Assistência dos funcionários (Cassi) específicos sobre saúde e outro sobre previdência estão entre os destaques. Mas, também as resoluções sobre a unidade dos empregados na defesa do BB e dos demais bancos e empresas públicas, que estão sob ataque do governo Bolsonaro.



“Trata-se de um governo que não tem compromisso com os trabalhadores e quer acabar com o patrimônio do país”, afirmou a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira, que é uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários. “Por isso, também foi muito importante a aprovação da resolução pela mobilização e participação nas atividades do Dia Nacional de Luta e Paralisações contra a PEC 32, que, com a desculpa de promover uma ‘reorganização’ da administração pública, ataca os funcionários públicos e seus direitos e prejudica o oferecimento de serviços públicos à população brasileira”, completou. O Dia Nacional de Luta será no próximo dia 18/08.

O CEBB, João Fukunaga, ressaltou a importância da aprovação sobre a realização de seminários sobre saúde e previdência. “É importante refletirmos sobre a Cassi e os plano de saúde e de previdência dos funcionários, que são muito afetados pelos ataques que estão sendo promovidos pelo governo federal, mas também pelas resoluções 23 e 25 da CGPAR (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União)”, destacou. “Agora, é mobilizar os funcionários para a luta da categoria”, concluiu.

37º Conecef define calendário de lutas dos empregados da Caixa

O 37º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef), realizado no sábado, dia 07/08, em formato eletrônico, definiu o calendário de atuação específica da categoria em defesa da Caixa Econômica Federal e do seu quadro de pessoal.

“Este Conecef foi fundamental para reafirmarmos a unidade dos empregados na defesa do banco público, não apenas da Caixa, mas também dos demais bancos e empresas públicas, que estão sob ataque de um governo que não tem compromisso com os trabalhadores e quer acabar com o patrimônio do país”, afirmou a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira, que é uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários.

O presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae), Sergio Takemoto, também destacou a importância da união dos empregados na luta em defesa das empresas públicas e da soberania nacional. “Sabemos dos ataques que nós como empregados e a Caixa vêm sofrendo, mas não somos os únicos que sofremos deste mal. Nesta semana a Câmara dos Deputados aprovou a privatização dos Correios. A Eletrobras, Petrobras, Banco do Brasil e demais bancos públicos também estão na mira deste governo que quer dar a troco de bananas tudo o que é público. Nossa união em defesa de todas empresas públicas fortalece nossa luta em defesa da Caixa”, disse o presidente da Fenae.

Juízes e procuradores criticam ‘reforma’ incluída na MP de redução do salário

A Câmara está para votar a Medida Provisória (MP) 1.045, de renovação do programa de redução ou suspensão de salários e jornada de trabalho. Mas o substitutivo ao projeto original inclui uma série de “jabutis”, temas estranhos ao assunto. Isso porque o parecer preliminar do relator, deputado Christiano Aureo (PP-RJ), acrescentou vários outros itens ao texto. Para observadores, com os jabutis, a MP se torna mais uma minirreforma trabalhista. Por isso, o projeto é criticado pelas centrais sindicais, pelo Ministério Público do Trabalho e pela Anamatra, associação que reúne os magistrados.

O MPT, por sinal, elaborou documento apontando “vícios de constitucionalidade e convencionalidade formais e materiais”. Com isso, acrescentou, a proposta pode criar “insegurança jurídica e consequências altamente danosas para a sociedade”. O texto também ataca a prerrogativa do MPT de negociar termos de ajustamento de conduta (TACs). Já o Dieese, ainda no início da tramitação da MP 1.045, elaborou nota técnica citando alguns “pontos críticos” do projeto, como perda de renda e favorecimento à negociação individual.